

INTRODUÇÃO

Os brasileiros não são nacionalistas, mas são apaixonados pelo Brasil. E por isso o interpretam. Interpretam-no como historiadores (Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior), como sociólogos (Gilberto Freyre, Alberto Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes), como juristas (Raymundo Faoro) e como economistas (Ignácio Rangel). Esses intérpretes originais se voltaram para as origens coloniais do país porque era impossível ter uma primeira visão do Brasil sem considerar a sua origem colonial relativamente recente. E porque o Império e a Primeira República foram períodos em que o Brasil era semicolonial; substituíra o comando de Portugal pelo do Reino Unido, da França e dos Estados Unidos. Esse tempo já passou e o trabalho que era preciso fazer foi bem-feito. No momento em que os respectivos livros foram publicados, o Brasil estava começando sua revolução industrial e capitalista, que só terminaria em 1980.

Em 1981, quando escrevi o primeiro artigo, “Seis interpretações sobre o Brasil”, eu resolvi estudar as interpretações que me eram contemporâneas, aquelas que pensaram o país

a partir da Revolução de 1930, quando começara a grande transformação do Brasil. E usei o golpe militar de 1964 como um segundo divisor de águas. Duas interpretações antes de 1964, a da Vocação Agrária e a Industrial-Burguesa, e quatro interpretações durante o regime militar, a Autoritário-Modernizante, a Funcional-Capitalista, a da Superexploração Capitalista e a da Nova Dependência. Não sei como explicar o erro do título. Neste livro, eu mantive essas cinco interpretações, fazendo uma modificação na da Nova Dependência, que foi transformada em interpretação da Dependência Associada. A transição democrática de 1985 foi um terceiro divisor de águas a partir do qual tivemos as interpretações Democrático-Desenvolvimentista, Neoliberal Financeiro-Rentista e Novo-Desenvolvimentista. A última, mais uma proposta do que uma interpretação porque falta-lhe a tomada de consciência da sociedade da sua existência e uma massa de seguidores.

Este livro, portanto, é um exercício de história intelectual. Uma história que eu desenvolvo mais extensamente no Capítulo I, *Nove interpretações sobre o Brasil*. Depois que escrevi o primeiro ensaio sobre o tema, o Brasil continuou mudando muito, e para cada mudança significativa surgia uma nova interpretação ou interpretações, na medida em que completou parcialmente sua revolução capitalista, não a tendo completado inteiramente porque sua revolução nacional ficou pela metade. Entre 1930 e 1980 deixara de ser uma semicolônia, mas a partir de 1990 voltou a se submeter ao Império e quase-estagnar. A primeira mudança foi naturalmente a Revolução de 1930. Foi uma mudança fundamental comandada pelo estadista que o Brasil teve no século XX,

Getúlio Vargas. Foi uma revolução cheia de contradições, mas que vinha sendo preparada muito tempo antes e ganhara sentido claro, nacionalista, com a Revolução Tenentista de 1924, que significativamente ocorreu numa São Paulo que se tornava o centro industrial do Brasil. Foi a revolução que deu início à revolução industrial e capitalista que, em 50 anos, transformou uma sociedade agrário-mercantilista em uma sociedade moderna. A segunda mudança decisiva foi o Golpe Militar de 1964. Até então o Brasil não era uma democracia porque não havia o sufrágio universal; a imensa maioria dos brasileiros era analfabeta e não tinha o direito ao voto. Mas havia a garantia dos direitos de cidadania e se caminhava para o sufrágio de todos. Não obstante, o país entrara em uma grande crise econômica e política a partir de 1960 e o golpe militar veio para dar uma solução para ela. Foi apoiada pelos liberais, mas como já acontecera em 1930, logo adotou o nacional-desenvolvimentismo. A terceira mudança foi a transição democrática que começa em 1977, quando a burguesia começa a romper sua aliança com os militares, e se completa em 1985 com a derrubada do regime militar e a garantia do sufrágio universal. Os democratas e desenvolvimentistas de 1985 voltaram a afirmar a estratégia nacional-desenvolvimentista que marcara o desenvolvimento do país entre 1930 e 1980, mas a crise da dívida externa que desencadeia neste último ano foi suficientemente profunda para ajudar a derrubar os militares e não permitir que os democrático-desenvolvimentistas se mantivessem no poder além de 1990. A partir de então, a quarta e última mudança significativa aconteceu. É quando o Brasil realiza a abertura comercial e financeira, transitando assim para o neoliberalismo. Os Estados Unidos, que haviam feito sua virada

neoliberal em 1980, vinham pressionando todos os países para fazer a mesma transição para a “democracia liberal” ou, em outras palavras, para tornar a Terra plana. Ao aceitar a pressão ideológica, o Brasil submeteu-se ao Império e entrou em quase estagnação. E desde então, o país não consegue reduzir a diferença em relação aos Estados Unidos em termos de renda per capita. Apesar de nos três governos Lula ter havido uma reação a esse regime econômico neoliberal, este mostrou-se mais forte e continua a prevalecer.

O Capítulo II é minha interpretação do Brasil. Desde 1968, quando publiquei meu primeiro livro, eu tenho procurado entender o meu país, mas em termos de interpretação deliberada, o melhor que escrevi é este ensaio no qual discuto três aspectos centrais do Brasil, o racismo, a nacional-dependência e a quase-estagnação. O racismo dos brancos em uma sociedade em que a maioria é negra ou mestiça, que discuti nesse ensaio, foi minha primeira incursão no tema. Uma incursão que há muito tempo eu devia. Esse é o racismo em uma sociedade de classes e raças na qual a classe branca ou quase branca exerce o seu domínio usando como instrumento o próprio racismo. Nesse capítulo eu falo em “nacional-dependência”, um oxímoro através do qual tento expressar a ambiguidade fundamental das elites brasileiras, particularmente das elites industriais ou produtivamente sofisticadas que ora são nacionais ora dependentes, coloniais. Elas não são definitivamente dependentes, mas desde 1990 são dependentes. Finalmente, o terceiro elemento do título, a quase-estagnação, é uma consequência da abertura comercial e financeira que impedira a economia brasileira de manter um razoável controle sobre a taxa de juros e a taxa

de câmbio. Como ensina a teoria novo-desenvolvimentista, expansão e melhoria da educação, o ensino técnico, os investimentos em infraestrutura e instituições que garantam a propriedade e os contratos são essenciais para o desenvolvimento, mas não constituíram fatos históricos novos. O que houve de novo foi que, agora (início dos anos 2000, quando o novo desenvolvimentismo foi formulado), uma macroeconomia do desenvolvimento aplicável a países de renda média precisava ser explicitada – coisa que não era necessário no período anterior porque a taxa de juros e a taxa de câmbio eram razoavelmente controladas pelo Estado, no quadro do nacional-desenvolvimentismo.

O Capítulo III foi também escrito especialmente para este livro. É um episódio da história intelectual brasileira e latino-americana datado, que abrange os anos 1960 e 1970. Nele temos um debate entre duas visões: a anti-imperialista do ISEB e da primeira CEPAL e da dependência dividida entre a Interpretação da Superexploração Imperialista (marxista) e a Teoria da Dependência Associada, de Cardoso e Faletto.

Finalmente o Capítulo IV é uma breve análise do livro de Fábio Mascaro Querido, intitulado *Lugar Periférico, Ideias Modernas* (2024), no qual ele estuda o que denomina “marxismo acadêmico da USP”, ou seja, o grupo de sociólogos que surgiu na USP nos anos 1960 tendo como líder Fernando Henrique Cardoso e sua teoria da dependência associada. A minha análise é crítica porque já nos anos 1970 esse grupo, que supunha ser marxista, tornou-se liberal e, nos anos 1990, neoliberal.